Globethics Repository



A recepção teórica nas éticas ambientalistas

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Mendonça, Rafael
Publisher	Néfipo - UFSC
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-11-16 03:33:06
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/174319

A RECEPÇÃO TEÓRICA NAS ÉTICAS AMBIENTALISTAS*

RAFAEL MENDONÇA**
Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC

Abstract

This article presents the theorical receptions ethicists make in their argumentation both in favor and against a environmental biocentric ethics, from Kenneth E. Goodpaster, W. Murray Hunt, Tom Regan, Paul Warren Taylor to Louis G. Lombardi.
Key words: Environmental Biocentric Ethics, Anthropocentrism, Biocentrism, Kenneth E. Goodpaster, W. Murray Hunt, Tom Regan, Paul W. Taylor, Louis G. Lombardi.

Resumo

Este artigo apresenta a recepção teórica dos éticos ambientalistas Kenneth E. Goodpaster, W. Murray Hunt, Tom Regan, Paul Warren Taylor e Louis G. Lombardi, em sua argumentação favorável ou contrária à ética ambiental biocêntrica.
Palavras-chave: Ética Ambiental Biocêntrica, Antropocentrismo, Biocentrismo, Kenneth E. Goodpaster, W. Murray Hunt, Tom Regan, Paul W. Taylor, Louis G. Lombardi.

Introdução

Os argumentos dos eticistas, Kenneth Goodpaster, W. Murray Hunt, Tom Regan, Paul W. Taylor e Louis G. Lombardi, analisados no presente artigo, têm se revelado de extrema importância para a ética ambiental, em primeiro lugar, por sua crítica à perspectiva ética centrada na tese da superioridade humana; em segundo lugar, pela discussão sobre a possibilidade de se postular direitos animais; em terceiro lugar, por debater a questão do valor atribuído aos membros da comunidade moral (valor inerente *versus* mérito existencial) e sua possível graduação.

Nesse artigo reconstituímos a filiação teórica dos argumentos éticos ambientalistas e animalistas elaborados pelos autores citados e indicamos a importância de tal recepção para a teoria em análise.

Kenneth E. Goodpaster: "Sobre ser moralmente considerável" e "Sobre 'parar por qualquer coisa' – uma réplica a W. M. Hunt"

Kenneth Goodpaster, em seu artigo, "On Being Morally Considerable" postula o dever de consideração moral por parte dos agentes morais a todos os seres nos quais a vida se manifesta. Seu artigo começa com uma frase holista biocentrista, de autoria do renomado ambientalista estadunidense

Aldo Leopold: "Uma coisa é correta quando tende a preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica, e, errada, quando tende no sentido oposto."[2] Goodpaster busca inspiração nos escritos de Leopold e sugere, ao final de seu artigo, que a visão ética de Leopold e suas implicações para a sociedade Moderna, na forma de uma ética ambiental, são de grande importância, por isso se deveria proceder com cautela em sua análise.

Dois conceitos são inovadores na proposta ética de Goodpaster: o primeiro, o de *paciente moral*, indicado pelo autor como referência e alvo de qualquer questionamento ético de uma ação; o segundo, o de *considerabilidade moral,* que requer o estabelecimento de um critério, qual seja, o de estar vivo (*being alive*). Ambos os conceitos, o de paciente moral e o de considerabilidade moral são adotados por Goodpaster da teoria de G. J. Warnock. Em, *The object of morality*[3] , Warnock elabora a questão dos destinatários dos princípios de moralidade (pacientes morais) e propõe uma ética fundada não na perspectiva do *agente moral*, típica da tradição antropocêntrica, mas do *paciente moral*, na perspectiva senciocêntrica. Essa tese é acolhida por Goodpaster com o intuito de ampliar a comunidade moral e, principalmente, focar a ética nos indivíduos que recebem as ações dos *agentes morais*.

Quando se refere à *considerabilidade moral*, Goodpaster evita vinculá-la ao conceito de *sujeito de direitos (rights-bearers)*, seguindo a posição adotada por John Passmore[4] . No significante tradicional de sujeito de direitos não há, de acordo com Passmore, possibilidade de aplicação dessa categoria a seres não-humanos, pois ela exige que o ser em questão tenha domínio de razão e linguagem (humanas). Seguindo tal concepção, Goodpaster escolhe suspender a questão de não-humanos serem titulares de direitos, evitando ter que reconstruir o significante daquele conceito tradicional, e passa então a fundamentar sua proposta na *considerabilidade moral* (Warnock).

Apoiado em Joel Feinberg[5] , Goodpaster esclarece uma distinção meta-ética problemática, a separação entre: (a) *questões de inteligibilidade*, que levam a averiguar especulativamente se, e em relação a quais seres, é possível estabelecer o mérito da consideração moral; e, (b) *questões de substância normativa*, relativas à definição do tipo de ser merecedor, efetivamente, de consideração moral. Essas questões epistemológicas são por natureza problemáticas, pois tanto a linha divisória entre sujeito cognocente e objeto conhecido, quanto as questões de fato e de valor, via de regra, ainda são tratadas em meio a grande obscuridade (bem apontada pela Escola de Frankfurt). Goodpaster prefere se afastar desse tema, apoiado em Willian Frankena[6] , considerando que a meta-ética é, e sempre, foi uma disciplina parcialmente normativa, incapaz de fornecer uma concepção moral neutra, delineada milimetricamente na separação entre questões de fato e questões de valor.

Na teoria de Goodpaster, o princípio para determinar o âmbito de considerabilidade moral de alguma entidade é o *Princípio do interesse*, elaborado por Joel Feinberg, que afirma:

> [...] os tipos de seres que podem ter direitos são, precisamente, aqueles que têm

> (ou podem ter) interesses. Eu cheguei a essa conclusão por duas razões: (1) porque um titular de direito deve ser capaz de ser representado, e é impossível representar um ser que não tem interesses; e, (2) porque um titular de direito deve ser capaz de ser beneficiário em si, e um ser sem interesses é um ser incapaz de ser danificado ou beneficiado, não tendo bem ou "busca" de si[7].

Goodpaster propõe substituir o termo usado por Joel Feinberg, "ter direitos" e sua exigente perspectiva jurídica, por "merecer consideração moral", conforme a crítica de Passmore, acolhida pelo autor, pois, o conceito de *titular de direitos* carregaria demasiadas exigências para referir-se a não-humanos.

Lê-se a concepção de Feinberg, com as a alteração de Goodpaster, dessa forma: (...) os tipos de seres que podem merecer consideração moral são, precisamente, aqueles que têm (ou podem ter) interesses. Eu cheguei a essa conclusão por duas razões: (1) porque um merecedor de consideração moral deve ser capaz de ser representado e é impossível representar um ser que não tem interesses; e (2) porque um merecedor de consideração moral deve ser capaz de ser beneficiário em si, e um ser sem interesses é um ser incapaz de ser danificado ou beneficiado, não tendo bem ou "busca" de si.

Com essa proposta conceitual e alteração, para Goodpaster, os tipos de coisas vivas que devem ser merecedoras de consideração moral são aquelas que têm (ou que podem ter) *interesses*[8].

O artigo, *On Being Morally Considerable*, de Goodpaster, é responsável por grandes debates sobre a possibilidade de consideração de todas as formas de vida. Mas, um artigo de W. Murray Hunt levanta as primeiras críticas à concepção de Goodpaster e propõe a mudança do critério de considerabilidade moral de *estar vivo* para o de *existir*.

Em seu artigo, *On Stopping at Everything: A Reply to W. M. Hunt*, Goodpaster publica sua réplica às críticas de Hunt, mantendo sua tese e reafirmando sua filiação teórica. A crítica mais contundente feita por Hunt se refere à afirmação de Goodpaster acerca da arbitrariedade na escolha do *critério da racionalidade* utilizado pelos eticistas tradicionais antropocêntricos, segundo os quais, para que um ser possa pertencer à comunidade moral, lhe é exigida a capacidade da razão e da linguagem. Hunt afirma que o critério sugerido por Goodpaster, *estar vivo*, padece da mesma limitação, pois ao eleger um grupo de entidades, vivas e com *interesses*, acaba-se por deixar de fora todas as coisas não-vivas que existem.

Hunt crê na necessidade de consideração moral de objetos inanimados e de "seus interesses", por exemplo, o interesse de um carro em receber combustível e manutenção para funcionar bem. Goodpaster replica, demonstrando que os interesses dos objetos inanimados não seriam seus próprios interesses, mas representações criadas pelos agentes morais sobre esses objetos, ligados principalmente ao seu *valor instrumental*.

Além de arbitrário, afirma Hunt, o critério de Goodpaster seria muito vago, pois com base na teoria do *continuum*, conforme será visto adiante, não existiria um ponto de separação entre as coisas vivas e as não vivas. Em resposta à afirmação de vacuidade e textura aberta do conceito de *vida*, Goodpaster recorre à definição de K. M. Sayre, mostrando que vida é um conceito passível de ser definido[9].

Finalmente, para fortalecer a *oposição* na consideração moral de seres (ou coisas) do passado ou mesmo futuras gerações, apresentada por Hunt, Goodpaster adiciona aos autores utilizados anteriormente o discurso de Richard T. DeGeorge[10] , o qual corrobora o entendimento de que só se pode estabelecer deveres aos agentes morais em relação a quem vive no presente, pois quando o ente cessa de viver, extinguem-se as obrigações diretas para com ele.

Afinal, "São *meras coisas* moralmente consideráveis?", o argumento de Hunt

Hunt escreve seu artigo, "Are Mere Things Morally Considerable" em resposta ao artigo de Goodpaster, "On being morally considerable". Sua intenção é demonstrar que o critério para inclusão na comunidade moral, eleito pode Goodpaster, é tão arbitrário quanto o argumento senciocêntrico ou antropocêntrico. Hunt propõe substituir o critério de Goodpaster (estar vivo – *being alive*), pelo de existir (*being in existence*). Para sustentar sua argumentação, Hunt recorre a Willard Van Orman Quine[11] , chamando a atenção para tudo aquilo que existe além dos organismos vivos, e ampliando o âmbito da moralidade no sentido de incluir objetos inanimados. Sabendo da dificuldade de justificar o dever de consideração moral para com objetos inanimados, Hunt utiliza o argumento de Willian James[12] , "se não, por que não?", estratégia na qual se desloca o ônus da prova da impossibilidade da argumentação para o sujeito que a afirma. Finalmente, em seu artigo, Hunt acolhe a teoria da *continuidade da existência*, recebendo de Alfred North Whitehead[13] a concepção da conectividade como essência de todo tipo de coisas, o que lhe permitiria estabelecer uma *relação de cuidado* com todas as coisas existentes, por uma questão de parentesco.

Em sua réplica ao artigo de Hunt, Goodpaster escreve, "On Stopping at Everything: A Reply to W. M. Hunt", afirmando manter seus postulados, principalmente o da necessidade do objeto de moralidade ter interesse próprio. Assim, considerar objetos inanimados como tendo interesses próprios seria simplesmente incoerente, pois os possíveis interesses relacionados a objetos inanimados são os interesses dos seus proprietários – seres vivos, únicos que podem ter interesse em não serem danificados ou em serem beneficiados.

Goodpaster mantém também a crença no critério estar vivo para o estabelecimento da comunidade moral, negando, dessa maneira, a possibilidade de inclusão nessa comunidade, de coisas inanimadas ou de seres que morreram e deixaram de existir. Demonstra, por fim, a irrelevância

da teoria da continuidade para a consideração moral. Goodpaster apresenta os mal-entendidos da argumentação e tese de Hunt, e continua acreditando que o critério da vida para a considerabilidade moral seja o único plausível e não arbitrário.

Tom Regan: "A natureza e a possibilidade de uma Ética Ambiental"

Em seu artigo, "*The Nature and Possibility of an Environmental Ethic*", Tom Regan se preocupa em analisar: (a) os argumentos contrários à possibilidade da ética ambiental; (b) a necessidade de uma ética ambiental; (c) as condições e argumentação acerca de uma concepção de ética ambiental mais coerente; (d) a necessidade da categoria *bem inerente*. Seu artigo apresenta efetivamente um conjunto de críticas às teorias ambientalistas em vigor.

Das poucas filiações teóricas expressas no artigo de Regan, a primeira é a Kenneth Goodpaster[14] , para sustentar uma ética ambiental na qual seres não-humanos são reconhecidos como dignos de estatuto moral, incluindo a argumentação em favor dos direitos dos animais. Em seu artigo, Goodpaster já demonstrara ser essa uma questão de difícil resolução, pois o conceito tradicional de *sujeito de direitos* exige diversas habilidades mentais de seu titular (razão e linguagem, por exemplo). Por conta disso, o próprio Goodpaster suspende a questão, adotando a categoria *considerabilidade moral*[15] , em lugar de referir-se a *direito moral*.

Em sua apresentação das condições necessárias para uma ética ambiental[16] , Regan ancora-se nas considerações de L. W. Summer[17] . Também esse autor postula que as vidas e interesses de animais não-humanos devem ser levados em conta, e o reconhecimento disso marca o fim da *ética ambiental de manejo* e o início da *consciência ambiental genuína*. A teoria de Summer, análoga à de Peter Singer e de Andrew Linzey, segue a crença de que somente seres conscientes podem ter estatuto moral. Regan se afasta da concepção senciocêntrica ao delinear as condições de possibilidade de uma ética ambiental genuína, por conta do segundo postulado[18] que a caracteriza.

Paul W. Taylor: "A ética do respeito pela natureza"

O artigo, "The Ethics of Respect for Nature", de Paul W. Taylor, segue a corrente teórica desenvolvida por Goodpaster e Regan, ou seja, é um esforço de fundamentar uma ética ambiental centrada na vida (biocêntrica), em oposição às éticas tradicionais centradas nos humanos (antropocêntricas). O artigo de Taylor precede seu último e mais relevante livro, *Respect for Nature: A Theory of Environmental Ethics*[19].

Diferentemente de Regan, Taylor não apresenta um extenso rol de críticas às teorias às quais se opõe, nem a autores específicos. Ele constrói uma argumentação afirmativa acerca da ética ambiental genuína, que para ele deve ser biocêntrica e individualista (afastando-se de teóricos holistas, como Aldo Leopold ou mesmo James Lovelock). Taylor refere-se a poucos autores, dos quais recebe influência em seus argumentos. Mas, uma primeira filiação possível de deduzir em sua argumentação é a base kantiana na seleção de um sistema de crenças (conteúdo material) que precede o conjunto de princípios e regras (os quais devem preencher também os requisitos formais)[20], a serem observados pelos agentes morais.

As crenças constituintes da perspectiva biocêntrica de Taylor são quatro:

(a) a crença de que os humanos são membros da *comunidade de vida da terra* no mesmo sentido e nos mesmos termos em que o são as outras coisas vivas dessa comunidade;

(b) a crença de que a espécie humana e todas as outras, são elementos integrais em um sistema de interdependência, no qual a sobrevivência de cada coisa viva e suas chances de viver bem, ou mal, são determinadas não só pela condição física do meio ambiente, mas também pela interação com as outras coisas vivas;

(c) a crença de que todos os organismos vivos são *centros teleológicos de vida*, no sentido de que cada um é um indivíduo singular buscando seu bem-próprio, à sua maneira *específica* (própria da espécie); e,

(d) a crença de que os humanos não são inerentemente superiores às outras coisas vivas.

Quando trata da primeira crença, a da consideração dos humanos enquanto *membros da comunidade de vida da Terra*, especificamente da condição da espécie humana como não-privilegiada em relação às outras espécies, Taylor utiliza a idéia de Stephen R. L. Clark: "Às vezes, nós falamos dos dinossauros enquanto perdedores; haverá tempo suficiente para esse julgamento quando tivermos durado pelo menos um décimo disso..."[21]. Tradicionalmente os humanos observam as demais espécies e entidades vivas como seres inferiores. No entanto, a condição biológica dos humanos é tão igualmente vulnerável quanto a das demais formas de vida. Na quarta crença, a da *negação da superioridade* humana, que favorece a doutrina da imparcialidade entre espécies, Taylor recebe suporte do ensaio de R. and V. Routley, no qual são demonstradas as fraquezas lógicas dos argumentos das teorias antropocêntricas da ética ambiental[22].

Por fim, a última recepção no escrito de Taylor advém do artigo, "Justice and Equality", de Gregory Vlastos, que se refere ao recorrente embate entre formas de valorar antagônicas (valor inerente e valor instrumental), mais especificamente o debate entre *valor inerente e mérito*. Quando se utiliza o conceito de *valor inerente*, via de regra se afirma o mérito do indivíduo (valor conquistado existencialmente por ele). No entanto, Taylor acredita não haver dependência em postular valor inerente para uma entidade e seu mérito, pois aquele se constitui quando há um *bem-próprio* da

entidade, enquanto o mérito se dá de acordo com um conjunto de graus ou virtudes que essa tem, ou não, em sua comunidade moral[23].

Louis G. Lombardi: "Bem inerente, respeito e direitos"

O último artigo examinado, "Inherent Worth, Respect, and Rights", de Louis Lombardi, analisa e critica as propostas de Paul Taylor e sua concepção de bem inerente. Lombardi postula a necessidade de graduação do valor atribuído a cada ser vivo. A estratégia seguida por Lombardi é utilizar a distinção entre *obrigações regulativas e operativas*, sugeridas por Goodpaster em, "On Being Morally Considerable". Lombardi reconhece uma obrigação *regulativa* (com base na similaridade entre todos os entes vivos) e assim postula o valor inerente a todas as coisas vivas. No entanto, essa obrigação não pode tornar-se completamente *operativa*, porque os humanos precisam comer e destruir outras coisas vivas, ou até mesmo espécies, para conseguir sobreviver e realizar suas diversas atividades[24].

Lombardi critica as leituras igualitaristas biocêntricas, recorrendo ao argumento de Charles Hartshorne para estabelecer o *princípio da superioridade humana* sobre todas as demais espécies. Segundo Lombardi, "Ou nosso uso de outros animais e de plantas para alimento é antiético, ou nossa ética atribui maior importância a qualquer indivíduo de nossa própria espécie do que, pelo menos, a alguns indivíduos não-humanos na natureza."[25]

Na teoria de Lombardi, *diferentes tipos de capacidades* determinam o maior ou menor grau de consideração a ser despendido a um ente em questão. Para corroborar essa argumentação, invoca Peter Singer. Na leitura de Lombardi, Singer afirmaria que o *fato* de um ser possuir uma capacidade em maior ou menor nível não altera seu grau de bem inerente; mas, caso possua uma capacidade que outras espécies não possuem, esse fato deve aumentar seu valor inerente em relação às demais entidades que não possuem tal capacidade[26]. Com essa argumentação, Lombardi nega a perspectiva igualitarista (a da não superioridade humana) proposta por Paul Taylor, em "The Ethics of Respect for Nature".

Finalmente, Lombardi aborda a problemática dos *direitos animais versus respeito pelos animais*. Com base na proposta anteriormente feita, de graduação do bem inerente entre espécies e da superioridade dos humanos frente aos demais seres vivos, o autor acredita ser possível solucionar a questão. Amparado pelos argumentos de Joel Feinberg e de Richard Wasserstrom, que corroboram a tese de que só é possível a agentes morais a posse de *direitos*, ou seja aqueles seres com razão e linguagem humanas, Lombardi afirma que animais não-humanos são entes sem direitos.

Em seu artigo, "Inherent Worth, Respect, and Rights", Lombardi demonstra sua filiação

à perspectiva moral tradicional, ao postular não ser possível reconhecer quaisquer direitos a animais e plantas, por esses não serem capazes de reclamar tais direitos[27]. Em seu artigo, o autor apresenta detalhadamente a argumentação moral antropocêntrica, servindo de espelho a essa perspectiva e sistematizando-a de tal modo que seu artigo pode servir de referência para a crítica dos oponentes à ética ambiental antropocêntrica.

Referências bibliográficas

GOODPASTER, K. E. On being morally considerable. In.: ZIMMERMAN, Michael E. et alii, *Environmental Philosophy. From Animal Rights to Radical Ecology*. 2nd New Jersey: Prentice Hall, 1998, p. 56-70.

_____. On Stopping at Everything: A Reply to W. M. Hunt. In.: *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Fall 1980, v. 2, n. 3, pp. 281-284.

HUNT, W. M. Are Mere Things Morally Considerable? In.: *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Spring 1980, v. 2, n. 1, pp. 59-65.

LOMBARDI, L. G. Inherent Worth, Respect and Rights. In.: *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Fall 1983, v. 5, n. 3, pp. 257-270.

REGAN, T. The Nature and Possibility of an Environmental Ethic. In.: *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Spring 1981, v. 3, n. 1, pp. 19-34.

TAYLOR, P. W. *Respect for Nature: a theory of environmental ethics*. 2. impress with corrections. New Jersey, Princeton: Princeton University Press, 1987. 330 p.

_____. The Ethics of Respect for Nature. In.: ZIMMERMAN, Michael E. et alii, *Environmental Philosophy*. From Animal Rights to Radical Ecology. 2nd New Jersey: Prentice Hall, 1998, p. 71-86.

Notas

*Trabalho apresentado no Seminário Fundamentos Filosóficos em Bioética-Ética Ambiental, do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC (2008.1), orientado pela Dr. phil. Sônia T. Felipe.

** Doutorando Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC); Mestre em Ciência Jurídica, linha de Hermenêutica e Principiologia Constitucional (UNIVALI); Bacharel em Ciências Jurídicas (Univ. da Região de Joinville).

[2]GOODPASTER, Kenneth E. On being morally considerable. In: ZIMMERMAN, Michael E. et alii, *Environmental Philosophy*. From Animal Rights to Radical Ecology. 2nd New Jersey: Prentice Hall, 1998, p. 56.

[3]WARNOCK, G. J. *The object of morality.* New York: Methuen, 1971, p. 148, apud GOODPASTER, Kenneth E. Op. cit., p. 56.

[4] PASSMORE, John. *Man's Responsability for Nature.* New York: Scribner's, 1974, p. 116/117, apud GOODPASTER, Kenneth E. Op. cit., p. 58.

[5]FEINBERG, Joel. "*The Right of Animals and Unborn Generations*", apud GOODPASTER, Kenneth E. Op. cit., p. 59.

[6]FRANKENA, William. "*On Saying the Ethical Thing*", apud GOODPASTER, Kenneth E. Op. cit., p. 59.

[7]FEINBERG, Joel. Op. cit., apud GOODPASTER, Kenneth E. Op. cit., p. 63-64.

[7]FEINBERG, Joel. Ibid., p. 63-64.

[8]"A marca tipificante de um sistema vivo (...) parece ser seu persistente estado de baixa entropia, sustentado por processos metabólicos para acumulação de energia e mantido em equilíbrio com seu ambiente por processos de retorno homeostáticos." SAYRE, K. M. *Cybernetics and the Philosophy of Mind*, New York: Humanities, 1976, p. 91, apud GOODPASTER, Kenneth E. Op. cit., p. 69.

[9]DEGEORGE, Richard T. "The Environment, Rights, and Future Generations". In: GOODPASTER and SAYRE. *Ethics and Problems of the 21st Century*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1979, apud

[10]GOODPASTER, Kenneth E. On Stopping at Everything: A Reply to W. M. Hunt. In *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Fall 1980, v. 2, n. 3, pp. 283-284.

[11]QUINE, Willard Van Orman. "On What There Is", reprinted in: *From a Logical Point of View*, 2.ed. New York: Harper and Row, 1961, p. 1, apud HUNT, W. Murray. Are Mere Things Morally Considerable? In: *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Spring 1980, v. 2, n. 1, p. 61.

[12]JAMES, William. *The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy*. New York: Longmans Green and Co., 1897, p. 195, apud HUNT, W. Murray, Op. cit., p. 62.

[13]WHITEHEAD, Alfred North. *Modes of Thought.* New York: Capricorn Books, 1958, p. 13 apud HUNT, W. Murray, Op. cit., p. 64.

[14]GOODPASTER, Kenneth E. *On being morally considerable.*

[15]REGAN, Tom. The Nature and Possibility of an Environmental Ethic. In: *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Spring 1981, v. 3, n. 1, p. 19.

[16]Quais sejam: (1) Uma ética ambiental deve sustentar que existem seres não-humanos que têm estatuto moral; (2) Uma ética ambiental deve sustentar que a classe dos seres que têm estatuto moral inclui, mas é maior, que a classe de seres conscientes, isto é, todos os seres conscientes e alguns seres não-conscientes se devera garantir estatuto moral. REGAN, Tom. *Op. cit.*, p. 19-20.

[17]SUMMER, L. S. "A Matter of Life and Death", *NOUS* 10, 1976, p. 145-171, apud REGAN, Tom. Op. cit., p. 20.

[18]REGAN, Tom. *Op. cit.*, p. 20.

[19]TAYLOR, Paul W. Respect for Nature: a Theory of Environmental Ethics. 2. impress with corrections. New Jersey: Princeton University Press, 1987. 330 p.

[20]Para serem considerados válidos, a configuração da norma deve (a) ser geral na forma; (b) ser considerada universalmente aplicável para todos os agentes morais; (c) pretender ser aplicada imparcialmente; (d) ser advogada como princípio normativo adotado por todos; e (e) ser tomada como acima de todas as normas não-morais. Ao preencher as condições formais, a norma é considerada válida moralmente no sentido formal. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 32.

[21]CLARK, Stephen R. L. *The Moral Status of Animals.* Oxford: Clarendon Press, 1977, p. 112, apud TAYLOR, Paul W. The Ethics of Respect for Nature. In: ZIMMERMAN, Michael E. et alii, *Environmental Philosophy*. From Animal Rights to Radical Ecology. 2nd New Jersey: Prentice Hall, 1998, p. 76.

[22]ROUTLEY, R. and V. "Against the Inevitability of Human Chauvinism". In: GOODPASTER, K. E. and SAYRE, K. M. (Eds). *Ethics and Problems of the 21st Century*, p. 36-59, apud TAYLOR, Paul W. The Ethics of Respect for Nature, p. 79.

[23]VLASTOS, Gregory. "Justice and Equality". In: BRAND, R. (Ed.). *Social Justice.* Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1962, p. 31-72, apud TAYLOR, Paul W. The Ethics of Respect for Nature, p. 81-82.

[24] LOMBARDI, Louis G. Inherent Worth, Respect and Rights. In: *ENVIRONMENTAL ETHICS*. Fall 1983, v. 5, n. 3, p. 261.

[25]HARTSHORNE, Charles. "*The Rights of the Subhuman World*", p. 54, apud LOMBARDI, *Op. cit.*, p. 261.
[26]SINGER, Peter. *Animal Liberation*. New York: New York Review Book, Random House, 1975. Chap. 1, p. 6, apud LOMBARDI, *Op. cit.*, p. 264-265.
[27]LOMBARDI, *Op. cit.*, p. 267-270.